

Título: Informe Econômico

Veículo: Jornal Regional

Cidade: São Miguel do Oeste (SC)

Data: 16.04.2016

Página: 6



Colaboração da assessoria de imprensa
do Conselho Regional de Contabilidade



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DE SANTA CATARINA

Receita Federal abre consulta pública para receber sugestões sobre CNPJ

Já está disponível para consulta pública proposta de norma que dispõe sobre o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), atualmente regido pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Entre as alterações propostas, destacam-se:

- Inserção de normas relativas a empresas domiciliadas no exterior com dispositivos que tratam da figura do "Beneficiário Final", de forma a auxiliar no combate à corrupção e à lavagem de dinheiro. Esta alteração foi fruto de estudos entre diversos órgãos federais

no âmbito da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCCLA), promovendo a transparência e identificando os reais beneficiários das empresas e recursos aplicados no país;

- Aperfeiçoamento dos procedimentos utilizados quando

da constatação de vícios em atos cadastrais do CNPJ, garantindo-se maior confiabilidade dos dados e segurança aos envolvidos;

- Possibilidade de dispensa da apresentação do Documento Básico de Entrada (DBE) ou do Protocolo de Transmissão, no âmbito da

Redesim, de forma a simplificar o processo de registro e legalização de pessoas jurídicas no Brasil;

- Exigência da informação do Legal Entity Identifier (LEI) para as entidades que possuírem este identificador, o qual faz parte de um cadastro internacional utilizado

por diversos países e pretende estabelecer maior segurança para as operações financeiras internacionais relevantes.

As sugestões poderão ser encaminhadas até 22 de abril de 2016 por meio da seção "Consultas Públicas e Editoriais" do site da Receita Federal na internet.

Normas em audiência pública

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) oferece à Audiência Pública as minutas das normas NBC TA 701, NBC TA 700 e a NBC TA 706.

A minuta da norma NBC TA 701 é uma norma nova e trata da comunicação dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor independente. Já a NBC TA 700 é uma norma revisada que trata da forma e do conteúdo do relatório emitido pelo auditor independente como resultado da

auditoria das demonstrações contábeis. A terceira norma também está sendo revisada - NBC TA 706 - trata dos parágrafos de ênfase e parágrafos

de outros assuntos no relatório do auditor independente.

Os profissionais de Contabilidade de Santa Catarina podem enviar suas contribui-

ções para a Câmara Técnica do CRCSC até dia 20 de abril para compilações, organização e justificativa pelo email tecnica@crcsc.org.br.

Imposto de Renda de Pessoa Física

Faltando pouco mais de 15 dias do fim do prazo, cerca de 19 milhões de contribuintes ainda não entregaram a Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física 2016. A Receita Federal recebeu cerca de 9 milhões de declarações. O prazo de entrega começou em 1º de março e vai até 29 de abril.

O programa gerador da declaração para ser usado no computador pode ser baixado no site da Receita Federal. A Receita liberou um Perguntão elabora-

do para esclarecer dúvidas quanto a declaração referente ao exercício de 2016, ano-calendário de 2015. O aplicativo do Imposto de Renda para dispositivos móveis (tablets e smartphones) está disponível nos sistemas Android e iOS, da Apple. Os aplicativos podem ser baixados nas lojas virtuais de cada sistema.

Quem tiver dúvidas pode procurar um profissional contábil, pois eles que possuem conhecimento para prestar um serviço de qualidade nessa área.

Fazenda registra irregularidades em 14 estabelecimentos varejistas da região de Mafra

A Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina verificou irregularidades em 14 dos 47 estabelecimentos varejistas visitados por oito auditores fiscais do Grupo Regional de Ação Fiscal da Gerência de Mafra nesta terça-feira 13 de abril. O valor das multas aplicadas chega a R\$ 23,5 mil em empresas dos municípios de Mafra, Pa-

nduva, Itaiópolis e São Bento do Sul. A operação, batizada de ECF Total, teve foco na correta instalação do Emissor de Cupom Fiscal. Foram visitados minimercados, agropecuárias, revendedoras de bebidas, oficina mecânica e lojas de informática.

As empresas que apresentaram irregularidades foram intimadas a

instalar o ECF na versão atualizada. Dentre as irregularidades, ainda foram encontradas calculadoras com bobina, versão do PAF/ECF desatualizada ou com acesso por senha. Os auditores fiscais também emitiram Termos de Início de Fiscalização para instauração de auditoria fiscal, visando apurar eventual sonegação de ICMS.



LETRA
editorial